

## JUDICIÁRIO

Ministro comandará a Corte durante as eleições e expectativa é de que tenha uma atuação semelhante à do STF. Também é esperado que o tribunal seja mais ágil

Alejandro Zambrana/Secom/TSE



Expectativa é de que o ministro exerça um comando discreto da Corte, apesar da intensa polarização que deverá ser a marca da eleição

# De perfil discreto, Nunes Marques assume o TSE

» VANILSON OLIVEIRA

» **Dino mantém reportagem no ar**

O ministro Kassio Nunes Marques assume, hoje, a presidência do Tribunal Superior Eleitoral, ao lado do ministro André Mendonça, que passa a ocupar a vice-presidência da Corte. A cerimônia será às 19h, no edifício-sede do TSE. A expectativa nos bastidores é de que o magistrado exerça uma presidência discreta, conforme seu perfil como integrante do Supremo Tribunal Federal (STF). Também é esperada da nova gestão uma atuação mais ágil na análise de processos, sobretudo de políticos cujos mandatos foram cassados ou estão inelegíveis, mas mesmo assim tentarão fazer com que seus nomes estejam nas urnas eletrônicas.

Os magistrados terão grandes desafios neste ano, com as eleições presidenciais e as discussões sobre o uso da inteligência artificial (IA) e das deepfakes, capazes de manipular imagens e vozes com alto grau de precisão, substituindo o rosto, a voz ou as expressões de uma pessoa pelas de outra, o que pode

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), derrubou decisão da Justiça Eleitoral do Paraná que havia determinado a retirada do ar de uma reportagem sobre a inelegibilidade do ex-procurador da Lava-Jato Deltan Dallagnol — pré-candidato ao Senado pelo Novo. A medida também proíbe novas publicações sobre o tema e previa multa ao veículo que veiculou a notícia. "A determinação de retirada de conteúdo jornalístico, sem a devida demonstração de sua manifesta ilicitude, configura medida de natureza excepcional, que pode implicar censura prévia, vedada pela Constituição Federal", escreveu o ministro na decisão. Ele entendeu que o conteúdo não continha "criação autônoma de fato inverídico ou imputação dissociada do conteúdo efetivamente decidido pela Corte Eleitoral". Dino suspendeu a multa e liberou a circulação da reportagem, mas rejeitou a tese de que o Novo, partido de Dallagnol, está cometendo assédio judicial ao mover múltiplas ações contra jornalistas que abordaram sua inelegibilidade. Segundo o ministro, "a mera pluralidade de ações judiciais, por si só, não se mostra suficiente para a configuração do denominado assédio judicial".

gerar desinformação. Eles estarão à frente de todas as etapas do processo eleitoral, desde o registro dos candidatos até a proclamação final dos votos.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi convidado, mas, até o fechamento desta edição, não havia confirmado presença. O

senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), pré-candidato à Presidência, deverá comparecer ao evento, uma vez que foi seu pai quem indicou Nunes Marques ao STF.

O ministro sucede Cármen Lúcia, que esteve à frente da Corte Eleitoral em duas oportunidades. Piauiense de 53 anos, integra o STF

desde 2020, quando assumiu a cadeira deixada com a aposentadoria de Celso de Mello. Sua trajetória profissional inclui 15 anos de advocacia e atuação na magistratura federal como desembargador do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), além de passagens pelo Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI).

A definição sobre quem ocupará a presidência do TSE é pautada pelo critério de antiguidade dos ministros do STF que atuam na Corte Eleitoral. Essa alternância, consolidada como uma tradição institucional, tem como objetivo a manutenção da estabilidade administrativa e a garantia de que as atividades voltadas aos pleitos eleitorais ocorram de forma contínua.

Também com 53 anos, o paulista André Mendonça, que será o vice do TSE, ingressou na Suprema Corte em dezembro de 2021. Sua trajetória pública é marcada por cargos de alto escalão, tendo comandado a Advocacia-Geral da União (AGU) em duas oportunidades e atuado como ministro da Justiça e Segurança Pública no governo Bolsonaro.

## FISCALIZAÇÃO

# Gilmar endossa reforço para a CVM

» RENATO SOUZA

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), defendeu, ontem, o fortalecimento da Comissão de Valores Mobiliários para ampliar a fiscalização sobre o mercado de capitais. Ele apoiou a decisão do ministro Flávio Dino, que, na semana passada, determinou que o governo federal apresente um planejamento para recompor perdas humanas e financeiras na CVM.

Gilmar citou os "recentes escândalos" no mercado de capitais. Ele se refere ao megasquema de corrupção montado pelo Banco Master, que envolveu o Banco de Brasília (BRB) e arrastou a instituição para um prejuízo bilionário por causa do compra títulos podres do banco de Daniel Vorcaro. Segundo os investigadores que apuram o caso, houve uma falha de fiscalização pelo mercado financeiro que permitiu que a transação prosseguisse, até ser barrada pelo Banco Central.

"Parabenizo a decisão do ministro Flávio Dino ao exigir que os valores arrecadados com a Taxa de Fiscalização dos Mercados de Títulos e Valores Mobiliários fiquem na própria agência e sejam direcionados ao aperfeiçoamento da fiscalização do mercado de capitais", observou Gilmar.

"Vem em boa hora a determinação para a União elaborar um plano para corrigir deficiências da Comissão de Valores Mobiliários, fortalecendo a autarquia e garantindo sua estabilidade de forma a eliminar vácuos regulatórios. Essa medida certamente contribuirá para impedir o uso de fundos de investimento para o cometimento de fraudes financeiras", destacou.

A decisão de Dino determina a recomposição do quadro técnico da instituição. Gilmar lembrou que a diretoria colegiada da CVM, composta por cinco membros, iniciou em 2026 com três cadeiras vagas. Hoje, permanecem em exercício apenas os diretores João Accioly, cujo mandato se encerra em dezembro de 2026, e Marina Copola, que permanece até dezembro de 2028.

"A cadeira anteriormente ocupada por Daniel Maeda está vaga há um ano, quatro meses e 10 dias. A presidência da autarquia encontra-se sem titular há nove meses e 23 dias, desde a renúncia de João Pedro Nascimento. Já a cadeira antes ocupada por Otto Lobo permanece vaga há quase cinco meses. Esse quadro de DESEALQUE no colegiado, somado às graves limitações orçamentárias identificadas pelo ministro Flávio Dino, compromete a capacidade operacional da CVM", advertiu Gilmar.

Ed Alves/CB/D.A Press



**Vem em boa hora a determinação para a União elaborar um plano para corrigir deficiências da Comissão de Valores Mobiliários, fortalecendo a autarquia e garantindo sua estabilidade de forma a eliminar vácuos regulatórios. Essa medida certamente contribuirá para impedir o uso de fundos de investimento para o cometimento de fraudes financeiras"**

**Ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal**

## NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



## Nunes Marques convida Bolsonaro e Collor para posse

A posse do ministro Kassio Nunes Marques na presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), prevista para hoje, está sendo marcada pelo convite protocolar a todos os ex-presidentes da República, inclusive Jair Bolsonaro e Fernando Collor de Mello, o que produziu um efeito político oposto ao discurso de pacificação que o próprio magistrado pretende imprimir à sua gestão. Ao chamar para a cerimônia dois ex-presidentes condenados pela Justiça — o primeiro por tentativa de golpe de Estado; o segundo na Operação Lava-Jato —, Nunes Marques também acirrou as tensões internas no Supremo Tribunal Federal (STF).

Além de aprofundar o desconforto entre ministros da Corte, Nunes Marques jogou mais lenha na fogueira da oposição bolsonarista, que voltou a articular uma anistia ampla aos envolvidos nos ataques de 8 de janeiro de 2023. O gesto do novo presidente do TSE foi interpretado por integrantes do Supremo como um cavale de pau na atuação da Corte durante as eleições. Embora o convite tenha sido tratado oficialmente como mera tradição republicana, extensiva a todos os ex-presidentes da República no período democrático, a presença simbólica de Bolsonaro na posse de seu indicado seria um constrangimento aos demais integrantes da Corte. O ex-presidente cumpre prisão domiciliar após condenação superior a 27 anos de prisão pelos crimes relacionados à tentativa de ruptura institucional.

O constrangimento se ampliaria porque Bolsonaro, caso decidisse comparecer à cerimônia, dependeria de autorização do ministro Alexandre de Moraes, relator das ações penais relacionadas ao golpe. Moraes e Bolsonaro nunca se bicaram. A escalada de confronto entre ambos foi o epicentro do choque entre forças golpistas, liderada pelo então presidente da República, e a resistência democrática, ancorada nas instituições da República, sobretudo o STF e o TSE. Moraes presidia o TSE nas eleições de 2022, nas quais o ex-presidente foi derrotado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Agora, a posse de novo presidente do TSE pode ser palco de mais um capítulo da longa escalada de confrontos entre ambos. A decisão de Nunes Marques também fortaleceu o discurso da oposição no Congresso, especialmente do PL, partido de Bolsonaro. O líder da legenda na Câmara, deputado Sóstenes Cavalcante (RJ), retomou imediatamente a mobilização em torno de uma Proposta de Emenda Constitucional que prevê anistia geral aos condenados pelos atos golpistas do 8 de janeiro. Moraes é acusado pela oposição de "invasão de competências" e "afronta à democracia", ao suspender a aplicação da nova lei de dosimetria das penas, que reduziria drasticamente a pena de prisão de Bolsonaro.

A PEC apresentada pelo PL possui alcance amplo. O texto prevê anistia para condenados por crimes de dano qualificado, deterioração de patrimônio público, associação criminosa armada, tentativa de abolição do Estado Democrático de Direito e golpe de Estado. Na prática, a proposta abre caminho para beneficiar não apenas participantes diretos das invasões às sedes dos Três Poderes, mas também Jair Bolsonaro, apontado pela Procuradoria-Geral da República (PGR) e condenado pelo STF como líder político da articulação golpista.

## Deslegitimação

A movimentação recoloca o Congresso em rota de colisão com o Supremo. Nos bastidores do STF, ministros enxergam na nova ofensiva parlamentar uma tentativa de deslegitimar as decisões da Corte e transformar condenados por crimes contra a democracia em vítimas políticas. São recorrentes as críticas ao protagonismo judicial de Moraes, sobretudo entre setores conservadores e bolsonaristas.

Indicado ao STF por Bolsonaro em 2020, Nunes Marques construiu na Corte um perfil discreto, tecnicamente conservador e frequentemente alinhado a posições defendidas pelo ex-presidente. Natural de Teresina, com trajetória na advocacia, no Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE-PI) e, posteriormente, no TRF-1, Nunes Marques foi a primeira indicação de Bolsonaro ao Supremo, onde cultivou uma imagem de magistrado avesso a confrontos públicos.

No STF, porém, suas decisões o aproximaram da ala mais crítica ao ativismo judicial. O ministro votou em favor de interpretação mais restritiva sobre responsabilização de plataformas digitais, defendeu maior proteção à liberdade de expressão e assumiu relatorias sensíveis em temas econômicos e eleitorais. Sua eleição para o comando do TSE, ao lado do ministro André Mendonça, também indicado por Bolsonaro, consolidou a percepção de que a Justiça Eleitoral terá neste ciclo uma condução menos identificada com a linha adotada nos últimos anos por Moraes e pela ministra Cármen Lúcia.

Embora Nunes Marques tenha perfil "sereno e técnico", o gesto protocolar de convidar Bolsonaro e Collor foi considerado dentro do STF como um recado político em favor da "normalização" institucional dos condenados pela Justiça por tentativa de golpe de estado. No caso de Collor, que cumpre prisão domiciliar, representa mais um revés para Lava-Jato, operação que dividiu profundamente o Supremo ao longo da última década.

O histórico de confrontos entre Bolsonaro e Moraes mostra como a decisão de Nunes Marques parece até uma provocação. O embate começou em 2020, quando o ministro do STF suspendeu a nomeação do delegado Alexandre Ramage para a direção-geral da Polícia Federal, sob argumento de desvio de finalidade e proximidade excessiva com a família Bolsonaro. A decisão foi vista pelo então presidente como interferência direta do Judiciário em seu governo.